vinetur

Grupos quenianos pedem ao Parlamento que reconsidere projeto de lei sobre álcool que poderá encerrar 10 000 estabelecimentos

As propostas para elevar para 21 anos a idade mínima de consumo, restringir licenças de restaurantes e impedir entregas durante o dia poderão pôr 30 000 empregos em risco.

terça-feira, 24 de novembro de 2026



Grupos empresariais quenianos, representantes sindicais, estudantes e operadores de mototáxi instaram o Parlamento, na terça-feira, 24 de novembro, a reconsiderar partes de um projeto de lei sobre o controlo do álcool que, segundo afirmaram, poderá ameaçar empregos, levar ao encerramento de milhares de empresas e empurrar alguns consumidores para bebidas ilícitas.

As críticas centram-se no Alcoholic Drinks and Drugs Control Laws (Amendment) Bill, 2026, publicado no suplemento do Kenya Gazette em 18 de setembro. Entre outras alterações, o projeto elevaria de 18 para 21 anos a idade legal para consumir álcool, limitaria os locais onde podem ser concedidas licenças para a venda de bebidas alcoólicas e restringiria o transporte dessas bebidas durante o dia.

O debate tem implicações que vão além da política de saúde pública, uma vez que as regras propostas poderão também alterar a forma como a cerveja, o vinho e as bebidas espirituosas são vendidos e distribuídos no Quénia, afetando potencialmente o acesso ao mercado por parte de bares, restaurantes, retalhistas, operadores de entregas e outros intervenientes no comércio de bebidas.

Os interessados afirmaram apoiar os esforços para combater o consumo abusivo de álcool, proteger os menores e reprimir o comércio ilegal de bebidas alcoólicas. No entanto, argumentaram que a atual versão do projeto vai longe demais ao impor restrições generalizadas a empresas licenciadas dos setores da hotelaria, do entretenimento e dos transportes, sem ter suficientemente em conta o emprego e o investimento.

Michael Kiragu Muthami, presidente da Pubs, Entertainment, Restaurants Association of Kenya, afirmou que o projeto poderá expor cerca de 10 000 estabelecimentos ao encerramento e pôr em risco aproximadamente 30 000 postos de trabalho. Segundo disse, o impacto económico anual poderá atingir KSh8.46 billion, com prejuízos que se estenderiam para além dos bares e restaurantes, abrangendo fornecedores e outras empresas associadas.

Muthami contestou a proposta de aumento da idade mínima para consumir álcool, afirmando que os adultos legalmente reconhecidos como tal aos 18 anos não deveriam estar sujeitos a um limite diferente para o consumo de bebidas alcoólicas. Contestou também a proposta de impedir a concessão de licenças para a venda de álcool em restaurantes e noutros estabelecimentos de hotelaria, argumentando que essa medida prejudicaria uma parte significativa do modelo de negócio habitual do setor.

Ao abrigo da alteração proposta à Secção 12 do Alcoholic Drinks Control Act, não poderiam ser concedidas licenças a vários tipos de estabelecimentos, incluindo restaurantes, universidades, colégios e outras instituições de ensino superior. O projeto abrangeria também praias públicas, parques, parques de diversões, cinemas, instalações médicas, instalações desportivas, terminais rodoviários, paragens de autocarro, postos de abastecimento, estações ferroviárias e terminais de ferry.

O mesmo projeto alteraria a Secção 3(c) do Alcoholic Drinks Control Act, substituindo a palavra «eighteen» por «twenty-one». São propostas alterações semelhantes nas Secções 13, 21 e 24.

Os dirigentes sindicais afirmaram que o impacto não se limitaria aos empresários. Sava Wycliffe, secretário-geral do Kenya Hotels and Allied Workers Union, disse que o aumento da idade mínima e o reforço das restrições à venda poderiam levar os

empregadores do setor da hotelaria a reduzir o pessoal. Instou os legisladores a ponderarem as consequências para os trabalhadores antes de fazerem avançar a medida.

Wycliffe afirmou que o sindicato preferiria regras específicas, como controlos de idade mais rigorosos, normas de serviço responsável e maior cumprimento das condições das licenças, em vez de uma proibição generalizada da venda de álcool em estabelecimentos de hotelaria.

Os representantes dos estudantes também manifestaram oposição, afirmando que as alterações poderiam reduzir as oportunidades de formação e emprego para os jovens que estudam hotelaria e cursos de alimentação e bebidas. MalcomX, dirigente estudantil da Multimedia University, disse que muitos estudantes dependem de hotéis, restaurantes, pubs e espaços de entretenimento para realizar estágios, formação em contexto de trabalho e obter os primeiros empregos.

Argumentou que aumentar para 21 anos a idade mínima para consumir álcool poderia criar novos obstáculos aos estudantes mais jovens que procuram adquirir experiência prática no setor da hotelaria. Alertou ainda que restringir o acesso a estabelecimentos legais sem abordar a procura poderá levar alguns jovens consumidores a recorrer a bebidas alcoólicas ilícitas, incluindo chang’aa, uma bebida espirituosa produzida localmente que há muito suscita preocupações de segurança.

O projeto também enfrenta a oposição do setor queniano dos mototáxis, conhecido localmente como operadores de boda boda. Elly Kegode, presidente da Kenya Riders and Owners Bodaboda Sacco, afirmou que uma disposição que proibiria o transporte de álcool entre as 6h00 e as 18h00 poderia eliminar uma importante fonte de rendimento dos motociclistas que fazem entregas.

Kegode criticou também a sanção proposta, de KSh10 million ou pena de prisão, para quem for apanhado a transportar álcool em violação da lei. Afirmou que a punição seria injusta para os motociclistas que apenas prestam serviços de entrega e não produzem as bebidas que transportam.

Defendeu que a autorregulação é possível, uma vez que muitos motociclistas já trabalham através de plataformas digitais que identificam os condutores e acompanham as entregas entre o vendedor e o cliente. Acrescentou que os operadores de mototáxi também contribuem para a segurança rodoviária ao transportarem os clientes para casa depois de consumirem bebidas alcoólicas.

Os grupos afirmaram que as suas objeções não devem ser interpretadas como oposição a uma supervisão mais rigorosa do mercado do álcool. Em vez disso, defenderam uma fiscalização centrada nos produtores e vendedores ilegais, uma verificação mais rigorosa da idade dos compradores e regras de cumprimento mais práticas para os operadores licenciados.

A posição dos grupos reflete um debate político mais amplo sobre a forma como o Quénia deve equilibrar os objetivos de saúde pública com a atividade económica em setores que dependem fortemente da venda regulamentada de bebidas alcoólicas. Se for aprovado na sua forma atual, o projeto poderá alterar a forma como restaurantes, pubs e espaços de entretenimento licenciados servem os clientes, afetando também a logística diurna e os canais de entrega que fazem chegar bebidas alcoólicas ao mercado.

Por enquanto, os interessados pedem aos legisladores que revejam o projeto antes de este avançar, afirmando que quaisquer novas medidas de controlo do álcool devem proteger os consumidores e os menores sem prejudicar as empresas legais e os trabalhadores que delas dependem.